

Exmo. Sr.  
Presidente da Câmara Municipal de  
Loulé  
Praça da República

8100-951 Loulé

**Sua Referência****Sua Comunicação****Nossa referência**

Procº nº 16.04.01.01.00001.2015

Entrada nº

Ofício nº S05397-201612-GFC

**ASSUNTO: POAlgarve21 - FEDER****Envio do Relatório Final da Ação de Controlo Interno****Projeto nº ALG-03-1274-FEDER-000003**

Na sequência da realização da ação de controlo interno ao projeto acima referido, foi submetido ao exercício de audiência prévia a 09.11.2016, através de email, o respetivo projeto de relatório elaborado pela empresa de auditoria BDO & Associados, SROC, Lda.

O exercício do direito à audiência prévia foi exercido pela Autoridade de Gestão. Tendo sido efetuada a apreciação dos elementos e informações apresentados em sede de contraditório, enviamos, em anexo, cópia do relatório final, aprovado a 07.12.2016.

Mais se adianta, que apesar de no relatório em questão não terem sido identificadas despesas não elegíveis, deverão ser tidas em consideração as recomendações constantes do ponto V – Limitações, Anomalias e Recomendações de Auditoria.

Com os melhores cumprimentos,

O Gestor do POAlgarve21



Francisco Serra

AA

1/1

**COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE**  
**PROGRAMA OPERACIONAL DO ALGARVE - PO ALGARVE 21 - FEDER**  
**AÇÃO DE CONTROLO INTERNO - RELATÓRIO DE AUDITORIA**

**DESPACHO**

Visto. Concordo com o teor  
 do presente relatório salientando  
 as conclusões expressas no par. V  
 propondo o seu envio para:

- o beneficiário;
- o STPO Algarve 21

Hedra Vargas 06.12.2016

Concordo q o  
 proposto.

*[Assinatura]*  
 (07.12.2016)

**Francisco Serra**,  
 Presidente da CCDR Algarve.

**I. INTRODUÇÃO - ÂMBITO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA**

**Objetivos da Ação de Controlo:** O trabalho realizado teve em vista dar cumprimento ao disposto na alínea b) do artigo 60º do Regulamento (CE) nº 1083/2006 de 11/06 e o art.º 13.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, de 12/06, e tem como objetivo verificar a conformidade dos circuitos e procedimentos de gestão estabelecidos entre o órgão de gestão e o Beneficiário, e a regularidade e legalidade da execução dos projetos - nas suas componentes: administrativa, financeira, técnica e física - com as normas comunitárias e nacionais aplicáveis.

**Metodologia Utilizada:** Para a realização da presente ação de controlo, no âmbito do Plano Anual de Controlo 2013-2015 da Unidade de Controlo Interno da Autoridade de Gestão (AG), tivemos em consideração a legislação e demais documentação aplicável, nomeadamente, o Manual de Procedimentos do POAlgarve21, o Regulamento Geral do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo de Coesão, Regulamentos Comunitários, Regulamento Específico da medida, Avisos de Candidatura e outras normas e orientações emitidas. Foram realizados testes de controlo e substantivos junto da entidade Gestora e junto do Beneficiário, tendo sido verificados os procedimentos e toda a documentação relacionada com a operação. O controlo abrangeu 6 documentos de despesa, no montante total de 465.229,34€ que representam 40% das despesas de investimento realizadas entre 29nov10 e 30Set15.



**II - CARATERIZAÇÃO DO PROJECTO**
**Beneficiário:** Município de Loulé

**Denominação da Operação:** Praça Afonso III e Zona Envolvente - Loulé

**Descrição Sumária da Operação:** A presente operação inserida em pleno Centro Histórico de Loulé, tem como objetivo principal a qualificação do espaço público e do ambiente urbano da área de intervenção. Trata-se de uma operação enquadrada no Programa de Ação "Reintegrar o Centro Histórico Medieval no Centro de Loulé", apresentado pelo Município de Loulé, no âmbito das "Parcerias para a Regeneração Urbana" (PRU).

Integra diversas ações de intervenção/requalificação, entre elas: Rua Paio Peres Correia, Largo D. Pedro I, Rua Vice-Almirante Cândido dos Reis, Rua das Bicas Velhas, Largo D. Afonso III, Rua Barbacã, Rua dos Almadás, Rua Egas Moniz, Rua Condestável D. Nuno Álvares Pereira. Estas intervenções congregam, ao nível do espaço público, um conjunto de ações de requalificação urbana/arquitetónica sobre um tecido envelhecido e de certo modo descaracterizado/"abandonado". A Operação pretende revitalizar e potencializar todos os elementos considerados estruturantes em termos de dinamização da vivência do espaço urbano, e consolidar uma estratégia de afirmação do aglomerado, que passa pela sua requalificação e valorização enquanto espaço público.

**Data Prevista Início Operação:** 29Nov10

**Data Prevista Conclusão Operação:** 30Set15

**Data Efetiva Início:** 29Nov10

**Data Efetiva Conclusão Operação:** Em curso

**Código da Operação:** ALG-03-1274-FEDER-000003

**Eixo Prioritário:** 3 - Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano

**Investimento Realizado:** 1.201.750,63€

**Área de Intervenção:** Reabilitação Urbana

**Investimento Realizado Elegível:** 1.162.652,67€

**Investimento Elegível Aprovado:** 1.215.503,00 €

**Taxa de Comparticipação:** 65%

**Comparticipação FEDER Aprovada:** 790.076,95 €

**III - LOGÍSTICA DA AUDITORIA**
**Início da Auditoria:** 28set16

**Conclusão da Auditoria no Beneficiário:** 07out16

**Data da Visita ao Beneficiário:** 04out16

**Equipa de Auditoria:** António Carvalho Barros / Cláudio Antunes Calção / Ricardo Pacheco

**IV - ASPETOS RELEVANTES DE AUDITORIA**

A presente Operação encontra-se ainda em curso, em virtude de ainda não terem sido celebrados o Auto de Receção Provisório e a Conta Final de Empreitada.

**V - LIMITAÇÕES, ANOMALIAS E RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA - BENEFICIÁRIO**
**Ajustamentos  
de Auditoria  
(euros)**

**1. Submissão dos Pedidos de Pagamento:** Da análise aos pedidos de pagamento nº 1 e 2, 6 e 7, 7 e 8, 8 e 9 e 9 e 10 e cujas datas de submissão no SIGA.21 foram 16out13 e 04mar14, 26set14 e 30dez14, 30dez14 e 12jun15, 12jun15 e 17set15, 17set15 e 02mar16, respetivamente, verificamos que o período entre a apresentação dos pedidos de pagamento foi superior a 3 meses, contrariando assim o disposto na alínea o) da cláusula 7ª do Contrato de Financiamento e no Manual de Procedimentos.

**Recomendação:** Os prazos definidos no Contrato de Financiamento deverão ser respeitados pelo Beneficiário.

<p><b>2. Submissão do Pedido de Pagamento nº 1:</b> Da análise ao Pedido de Pagamento nº 1, cuja data de submissão no SIGA.21 foi 16out13, verificamos que o período que decorreu entre a celebração do Contrato e a submissão do pedido de pagamento nº 1 foi superior a 6 meses, contrariando assim o disposto na alínea n) da cláusula 7ª do Contrato de Financiamento e no Manual de Procedimentos.</p> <p><b>Recomendação:</b> Os prazos definidos no Contrato de Financiamento deverão ser respeitados pelo Beneficiário.</p>	-
<p><b>3. Procedimento de Contratação - Auto de Receção Provisório:</b> Relativamente à Empreitada de "Arranjo Urbanístico da Praça D. Afonso III, Rua D. Paio Peres Correia e Largo das Bicas Velhas (Chafariz)", cujo contrato foi celebrado em 15jul13 com o empreiteiro Vibeiras, SA, constatamos que da última prorrogação de prazos rececionada e homologada em reunião de Câmara (29out14) a obra deveria ter sido finalizada em 06dez14. Ora, até à data da presente ação de controlo interno, o auto de receção provisório e conta final de empreitada ainda não tinham sido lavrados. Salientamos também que, da verificação física efetuada e dos esclarecimentos prestados pelo Beneficiário, a obra encontra-se finalizada.</p> <p><b>Recomendação:</b> O Auto de receção provisório deverá ser elaborado logo após a conclusão da obra, pelo que o Beneficiário deverá cumprir com o estipulado no artigo 395º. Código dos Contratos Públicos.</p>	-
<p><b>4. Elementos na Plataforma SIGA.21:</b> A plataforma SIGA.21 não integrava todos os documentos relacionados com a Operação, nomeadamente a 1ª Reprogramação.</p> <p><b>Recomendação:</b> Esta insuficiência deve ser sanada.</p> <p><b>Contraditório:</b> A AG alega em sede de contraditório que "... o referido ficheiro se encontra anexo ao contrato e inserido na plataforma Siga.21."</p> <p>Após análise da informação e evidência facultada pela AG em sede de contraditório consideramos ultrapassada a situação acima reportada.</p>	-
<b>Total dos Ajustamentos Aumento/(Redução)</b>	-

VI - QUADRO RESUMO DE CÁLCULO DA COMPARTICIPAÇÃO E AJUSTAMENTOS DE AUDITORIA	(euros)
1. Investimento Realizado pelo Beneficiário	1.162.652,67
2. Investimento Verificado pela BDO (40%)	465.229,34
3. Ajustamentos BDO ao Investimento Verificado	-
4. Investimento Realizado a Participar	1.162.652,67
5. Participação FEDER Paga (data de corte: 21Jul16)	717.938,03
6. Ajustamento BDO à Participação FEDER das Despesas Verificadas	-
7. Valor Total da Participação FEDER Após Ajustamento ((1 + 3) x Taxa de Participação)	755.724,24
8. Adiantamentos / Pagamentos Efetuados	717.938,03

Faro, 07 de Outubro de 2016

BDO & Associados, SROC  
 A Administração  
